

GONGANDO A NORMA E AQUENDANDO O PAJUBÁ: CONEXÕES TEÓRICAS ENTRE LÍNGUA E IDENTIDADE A PARTIR DO DIALETO LGBT¹

Ailton Gomes da Silva Júnior²

RESUMO

Este artigo discute a relação entre língua e identidade, a partir do dialeto LGBT Pajubá, a fim de perceber, de um lado, como os falantes dessa linguagem encontraram nela uma forma de (re)existência e fortalecimento de suas identidades vulneráveis, a partir de um falar que desestabiliza as normas de gênero e sexualidade, e, de outro, como esses sujeitos também passam por um processo de (tentativa de) apagamento de suas histórias e identidades, por discursos excludentes que circulam socialmente e concebem a língua como se fosse meramente instrumento linguístico puro. Buscamos tal compreensão através das contribuições da Nova Pragmática (MUNIZ, 2016; PINTO, 2008), que formula uma nova possibilidade de encarar a linguagem, juntamente com outras vozes contra-hegemônicas (HOOKS, 2008). Para isso, analisamos comentários no Twitter sobre o ENEM 2018 marcadamente contrários ao dialeto. No corpus analisado, foram encontradas designações pejorativas à fala e ao falante do Pajubá, demonstrando não apenas rejeição ao dialeto, mas também um ataque aos usuários dessa comunidade linguística, a organizadores do Exame Nacional de Ensino Médio, e/ou a docentes e estudantes que discutam o assunto. Concluiu-se que as práticas discursivas performam construções acerca da identidade e da língua do Outro, que ajudam na manutenção de uma ordem colonial.

Palavras-chave: Pajubá. Identidade LGBT. Língua. Dialeto. Nova Pragmática.

RESUMEN

Este artículo discute la relación entre lengua y identidad, desde el dialecto LGBT Pajubá, para comprender, por un lado, como los hablantes de este idioma encontraron en él una forma de (re)existencia y fortalecimiento de sus identidades vulnerables, basado en un discurso que desestabiliza las normas de género y sexualidad, y, por otro lado, como estos sujetos también pasan por un proceso de (intento de) borrar sus historias e identidades, por los discursos excluyentes que circulan socialmente y conciben la lengua como si fuera simplemente instrumento lingüístico puro. Buscamos tal comprensión a través de las contribuciones de la Nueva Pragmática (MUNIZ, 2016; PINTO, 2008), que formula una nueva posibilidad de

¹ Trabalho apresentado ao final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, ministrada pelo Prof. Dr. Inaldo F. Soares, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras Português-Espanhol, sob orientação da Prof. Dr. Sandra Helena Dias de Melo. Novembro/2019.

² Licenciando em Letras Português-Espanhol pela UFRPE. E-mail: ailtongomesjrr@gmail.com.

enfrentar el lenguaje, junto con otras voces contrahegemónicas (HOOKS, 2008;). Con este fin, analizamos comentarios en Twitter sobre ENEM 2018 marcadamente contrarios al dialecto. En el corpus analizado, se encontraron designaciones peyorativas para el discurso y el hablante de Pajubá, lo que demuestra no solo el rechazo del dialecto, sino también un ataque contra los usuarios de esta comunidad lingüística, los organizadores del Examen Nacional de Secundaria y/o los maestros y estudiantes discutiendo el tema. Se concluyó que las prácticas discursivas realizan construcciones sobre la identidad y el lenguaje del Otro, que ayudan a mantener un orden colonial.

Palabras clave: Pajubá. Identidad LGBT. Lengua. Dialecto. Nueva Pragmática.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Nós tomamos a língua do opressor e a viramos
contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras
uma fala contra hegemônica, liberando-nos nós
mesmos na linguagem.*

bell hooks³

Falar sobre língua/linguagem, ainda no século XXI, não é uma tarefa fácil, sobretudo para pesquisadores e pesquisadoras que possuem uma visão contra-hegemônica daquelas noções estabelecidas pela Linguística quando alçada à condição de ciência ainda no século passado e que persistem até hoje. Mesmo após mais de um século da publicação responsável em boa parte por esse ganho de estatuto científico da área, o *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 1991) parece ainda ser a fonte primária de muitos estudiosos/as para se pensar a categoria língua dentro da linguística. Contudo, se utilizar de paradigmas linguísticos formais fomentados no início do século anterior, em que naquele momento pode ser parcialmente compreensível tendo em vista ainda se tratar da base de entrada de uma ciência-

³ Feminista negra americana, de nome original Gloria Watkins, que criou um pseudônimo como gesto de rebelião e estratégia de empoderamento (HOOKS, 1989 apud Ribeiro, 2012) para ter voz ao reivindicar direitos identitários. Assinando com letras minúsculas, objetiva criar fissuras na ordem normativa linguística. Dessa maneira, mantemos, durante todo o trabalho, o uso desejado pela escritora.

piloto, atualmente significa ignorar mudanças sócio-históricas e suas reverberações no campo da própria linguística, continuando a reproduzir uma lógica disciplinar de homogeneidade científica/linguística. Em outras palavras, “a língua é hoje um problema de fluxos e variações contingentes, que pedem outras práticas para a organização de seus estudos” (PINTO, 2008, p. 1462).

Dentro dessa tradição, permitimo-nos, portanto, construir este trabalho entendendo a necessidade de se pautar questões contradisciplinares na produção do conhecimento linguístico, algo tão bem defendido por Pinto (2008). Tratar da temática do dialeto LGBT⁴ denominado Pajubá é, antes de tudo, vislumbrar novas possibilidades de se pensar uma língua para além do sistema, colocando em cheque a tradicional ciência da linguagem e seu objeto de estudo estrutural.

Se é, pois, verdade que a linguística se solidificou enquanto ciência postulando um objeto de estudo totalmente dissociado das condições sociais e históricas que a permeiam, descartando, assim, os próprios sujeitos falantes, este trabalho se propõe a realizar um caminho inverso e, por isso, contradisciplinar: investigar a língua numa relação dialógica com os usuários, ou seja, assim como ela é constituída pelos sujeitos, também os constitui, como sinaliza Muniz: “A língua e o sujeito estão sempre a se constituir e a constituir algo. [...] Ao mesmo tempo que faz, sofre a ação, ao mesmo tempo em que determina, é determinado.” (2016, p. 779).

Nessa configuração, o Pajubá, enquanto dialeto falado por sujeitos LGBT, não pode ser compreendido de maneira alguma apartado desses usuários. Criado e falado principalmente pelas travestis profissionais do sexo, ele nasce no contexto da ditadura militar como código linguístico de sobrevivência aos processos de higienização social a partir de uma política de Estado transfóbica. Se de um lado serve enquanto instrumento de fortalecimento identitário de um grupo oprimido, por outro lado, passa por um processo de (tentativa de) apagamento sócio-histórica por discursos excludentes que circulam socialmente legitimados com base numa ciência que concebe a língua meramente enquanto instrumento linguístico (puro).

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Travestis. Atualmente, já existem novas siglas que abarcam melhor outras categorias. Entretanto, aqui optamos pelo uso do termo mais padrão, entendendo que ele já engloba os sujeitos falantes do Pajubá.

Isso fica evidente, por exemplo, quando, em 2018, ao se utilizar do Pajubá como pano de fundo para abordar uma questão sobre dialeto, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi alvo de inúmeras críticas por sujeitos não falantes que julgaram não ser uma questão de caráter linguístico, mas ideológico atrelada a “avaliar o grau de homossexualidade dos alunos”. Isso não acontece de maneira inocente, mas é recorrente do processo contingencial entre língua(s) e identidade(s). A esse respeito, adverte Muniz: “Só será possível construir e considerar as diferentes línguas, sujeitos e cosmovisões que eles criam por meio da língua se primeiro desconstruirmos o que se tem hoje como a identidade desses sujeitos.” (2016, p. 779) Ou seja, ao analisar os comentários voltados ao ENEM, percebemos algo em comum entre eles: não se tratam apenas de comentários carregados de preconceitos linguísticos, mas também de preconceitos identitários.

Desse modo, o objetivo central desta pesquisa é mobilizar uma discussão a respeito do conflito entre as representações da identidade LGBT através dos próprios falantes no uso de uma manifestação linguística subalterna e através dos sujeitos não falantes a partir da análise de comentários feitos por eles sobre o ENEM de 2018, circulados no Twitter no mesmo ano.

Em consonância com os objetivos aqui pretendidos, posicionamos teoricamente esta pesquisa no campo instituído da pragmática, uma vez que ela é uma área que vai de encontro à linguística tradicional e dialoga perfeitamente com nossa proposta, utilizando-nos de autores filiados da área (PINTO, 2008; RAJAGOPALAN, 2014; LOPES, 2014; DANIEL do N. e SILVA, 2014; ALENCAR, 2014; MUNIZ, 2016). Além desses autores, traremos também as vozes de outros escritores contra hegemônicos, ainda que não sendo linguistas, os quais concebem a língua em sua completude social e histórica, como a feminista negra americana bell hooks (2008), o médico psiquiatra Frantz Fanon (2008) e os professores Florence Carboni (2012) e Mário Maestri (2012). Todos esses nomes, embora partindo de projetos de pesquisa diferentes, têm em comum o trato com a língua de forma intrinsecamente política. Além disso, também foi feita uma pesquisa bibliográfica com produções acerca do próprio tema, a fim de aproximar ou contrastar ideias já defendidas.

Assim, para dar conta dessa proposta, o trabalho está estruturado em quatro seções: inicialmente, fazemos um apanhado histórico do nascedouro do Pajubá, dando conta de evidenciar o valor cultural e identitário do dialeto; depois, contrapomos os processos de violência linguística com a descolonização da língua que o Pajubá pleiteia; na terceira parte, adentramos em uma discussão a respeito da relação entre língua, sujeito e ciência, entendendo

essas discussões enquanto fundamentais para se compreender o campo do fazer científico sobre linguagem; e, por fim, esboçamos uma análise teórico-metodológica para exemplificar de forma material como se dão todos os processos discutidos durante o artigo, a partir da interpretação de comentários do ENEM.

1. Nasce uma linguagem de (re)existência

O Pajubá (ou também denominado de Bajubá⁵) é um dialeto usado por parte da população LGBT. Por se tratar de um instrumento linguístico oral muito recente, ainda sem registro material histórico no Brasil, não se tem com exatidão o marco temporal do seu nascedouro, embora se saiba que tenha surgido nos anos da ditadura militar brasileira, ou seja, entre 1964 e 1985.

Sob o contexto de um governo autoritário, que tinha como norma um ideal de povo, corpos desviantes de um padrão de sexo-gênero eram tidos como abjetos⁶ - principalmente travestis e gays - e sofriam perseguições sobretudo da classe policial, que gozava do aval do Estado para humilhar e até mesmo torturar essa população a serviço de um plano de higienização social homo/transfóbico. Assim, “os estereótipos de prostitutas e travestis construídos na mentalidade coletiva auxiliaram na construção de políticas segregacionistas, seja no âmbito legal ou no simbólico, ao colocar cada qual em um lugar pré-determinado” (OCANHA, 2014, p.18)

É possível perceber esse cenário, quando, na edição de nº 32, de 1981, intitulada “Brasil, campeão mundial de travestis”, o *Lampião da Esquina*, jornal alternativo construído majoritariamente por homens gays que circulava nesses anos de censura, chama a atenção para os perigos constantes vivenciados pelas travestis naquela época:

[...] travesti deve ter duas qualidades primordiais: olhos de lince e pernas de avestruz. E mais ainda, permanecer em estado de vigília, pois os camburões transformaram a área onde atuam numa selva perigosa e traiçoeira. As barcas se encontram à espreita dessa caça, cujo destino pode ser, principalmente, o 3º distrito policial [...].

⁵ Embora as duas denominações estejam corretas, aqui adotaremos apenas “Pajubá”, como forma de padronização.

⁶ Segundo Richard Miskolci (2013, p. 24), o termo “abjeção” se refere ao espaço a que a coletividade costuma relegar àqueles e àquelas que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política.

Com isso, fica claro que

As travestis estavam em constante controle e técnicas sofisticadas de disciplinamento [...]. Principalmente no que tange o campo do simbólico, visto que a presença de uma travesti era mais que o suficiente para lembrar não só a sociedade, mas também para todas as outras travestis, que o projeto transfóbico estava em um estado emergente de ação: funcionando. (RODRIGUES, 2019, s/p).

Nesse sentido, esses corpos perseguidos tiveram que criar mecanismos e técnicas outras de sobrevivência a essa operação⁷ e uma delas foi através do campo da linguagem, com a criação de um código de (re)existência próprio entendido exclusivamente por eles e elas para dificultar a ação truculenta dos policiais nas ruas.

Oriundo dos espaços religiosos de matriz africana – onde havia a presença massiva dessa população, tendo em vista que “a noção de pessoa no candomblé reconhece a importância do indivíduo de forma integral, o que reforça a teoria da religião não ter caráter discriminatório” (BARROS & TEIXEIRA, 2000, p.111) – o Pajubá é a mistura do português com o nagô/iorubá⁸, línguas africanas trazidas ao Brasil pelos negros escravizados. Essa fusão linguística remonta ao fato ao fato de que a historicidade do dialeto está intrinsicamente ligada à historicidade da população negra no Brasil, justificando, assim, o recorte racial (e de classe) dos sujeitos falantes naquela época – majoritariamente grupo de gays e travestis pobres candomblecistas.

No bojo dessa questão, é salutar perceber o movimento relacional do (não) lugar-comum entre os sujeitos escravizados e as travestis/homens gays pela linguagem. De acordo com Cruz e Tito (2016, p. 13), os negros-africanos passavam por uma política separatista do núcleo português em que escravizados de diferentes regiões e etnias eram fundidos em um mesmo navio para que a concentração de negros da mesma colônia fosse bloqueada, já que eram compassivos de uma mesma cultura e falavam a mesma língua e, com isso, estavam suscetíveis a se rebelarem mais espontaneamente e facilmente. Dessa maneira, os negros escravizados também precisaram, ao longo de mais de três séculos de escravatura, criar mecanismos de sobrevivência a partir da restituição de uma linguagem comum para a comunicação e relação entre eles próprios.

⁷ A perseguição a esses corpos ficou conhecida como Operação Tarântula, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, mais conhecido por Richetti, na cidade de São Paulo, em meados da década de 1970.

⁸ De acordo com Cruz & Tito (2016, p. 13), “o iorubá é uma língua única, estabelecida por um grupo de linguagens regionais concentrados no sudoeste da Nigéria e no antigo reino de Queto, atualmente na República do Benin, onde é intitulada como nagô, denominação pela qual os iorubás ficaram tradicionalmente conhecidos no Brasil.”

Em uma configuração paralela, bell hooks (2008), em seu texto *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens*, retrata a mesma condição dos negros-escravizados que foram submetidos aos Estados Unidos e precisaram reconfigurar o inglês padrão para reivindicar um espaço de resistência a partir da linguagem. Para ela, os colonizados se utilizarem da língua do opressor, reconfigurando e ressignificando-a em um contexto de dominação para um uso emancipatório, seria um movimento de criação de uma contralíngua, onde: “possuindo a língua compartilhada, povos negros poderiam encontrar de novo uma maneira de fazer comunidade, e um sentido para criar a solidariedade política necessária para resistir” (2008, p. 859).

Tratando dessa mesma questão linguística, Victor Heringer (2017), em um artigo para a revista *Continente*, “Os sinos que dobram e os homens que não se dobram”, denomina essas línguas escusas de antilínguas. Para ele, elas são “códigos de comunicação que jamais estiveram no poder e que convivem com ele em constante tensão. [...] É uma língua de uma antissociedade: um grupo de pessoas que vivem em uma dada sociedade, mas que, por uma razão ou outra, se contrapõem a ela.” Exemplificando esse conceito dentro do contexto brasileiro, ele recupera o Pajubá como uma antilíngua que “canibaliza a estrutura básica da língua portuguesa e a subverte”.

Nesse sentido, se por um lado tínhamos os negros construindo novas possibilidades de sociabilidade em comunidades diferentes na época da escravatura a partir da linguagem, por outro, tínhamos também, sobretudo, as travestis, passando por esse processo de subjetivação e sobrevivência na época da ditadura militar. Ambos, portanto, se tratando de grupos marginalizados que encontraram na ressignificação e criação de antilínguas uma forma de emancipação social a partir de seus contextos históricos de opressão, tendo em vista que:

A linguagem é profundamente determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos etc. Ela é produto inconsciente, semiconsciente e consciente dessas contradições. Sua função comunicativa possui também uma importante instância de integração e de ocultação das contradições sociais. (CARBONI & MAESTRI, 2012, p. 61-62).

Para exemplificar o uso do dialeto na prática, trazemos uma expressão proferida por Neon Cunha (2019, s/p) - mulher trans, fluente no pajubá e que o viu se consolidar nos anos de chumbo – que foi marcante em sua vida: “Mona erê aquenda os ojus, se os alibans

aquendarem no corre cosica as endacas pras monas acá desaquendarem”⁹. A frase significava “Novinha, fica de olho, se os policiais entrarem no ônibus, avise para a gente sumir.” e era o retrato fidedigno da repressão policial contra as travestis nos ônibus de São Paulo. Por isso, é verídico quando Heringer (2017) afirma “É por meio da antilíngua, mais do que pelos códigos dominantes, que melhor somos capazes de compreender nosso tempo.”

Diante do quadro rascunhado acima, perceber esse panorama entre esses dois grupos não só é importante pelas bases originárias de formação do Pajubá – e com isso sua valorização histórica e identitária – como também é fundamental no que tange evidenciar o caráter estritamente político e emancipatório da língua no falar de dois grupos oprimidos que resistem e (re)existem a partir da linguagem.

2. Aurélio x Aurélia: entre a violência linguística e a descolonização da língua

Nesse movimento de emancipação e dominação linguística, o Pajubá emerge não somente como código, criptoletto ou, como visto anteriormente, antilíngua/contralíngua LGBT, mas também como contestação aos padrões de gênero refletidos na linguagem e à violência linguística cometida a determinados significantes em contextos de uso da língua portuguesa no Brasil. De acordo com Lima (2018, s/p), autor do livro “Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade”, em entrevista à Revista Superinteressante, mais do que um dialeto LGBT, as linguagens pajubeyras – como ele denomina – funcionam como um instrumento linguístico-cultural que desafia normas de gênero e sexualidade. Ou seja, sendo a criação linguística de um grupo minoritário, o dialeto também carrega consigo o fortalecimento da luta desses grupos, que perpassa, portanto, também por questões de gênero e sexualidade.

É sabido que a língua portuguesa, assim como outras línguas mundiais, é estruturada a partir da separação, da maior parte de suas palavras, em masculino e feminino. Entretanto, observa-se que há uma espécie de hierarquização linguística, fruto também de uma hierarquização social, ao posicionar o masculino sempre enquanto norma em relação à língua geral. Dessa forma, ao feminino fica relegado, mais uma vez, o espaço de dominação pelos homens. Assim, “naturalizado no uso costumeiro, o conceito linguístico, por meio do caráter

⁹ Disponível em <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/conheca-as-raizes-historicas-e-de-resistencia-do-pajuba-o-dialeto-lgbt>>.

aparentemente abrangente, sintético e neutro do gênero masculino, impõe sua essência social, reforçando as relações de dominação patriarcal do mundo real” (CARBONI & MAESTRI, 2012, p. 63).

Ainda elucidando essas questões de desigualdades linguísticas, Carboni e Maestri (2012) reforçam a assimetria da língua em variados exemplos de seu uso: desde o conceito de determinadas expressões dicionarizadas que carregam uma dissimetria em seus significados, como os pares designativos costureira/costureiro ou cozinheiro/cozinheira; até a falsa simetria entre os próprios conceitos do ser homem e do ser mulher no dicionário, que carregam conotações e campos semânticos positivos e negativos, respectivamente.

Nessa esteira, em um sentido contrário, o Pajubá reformula as relações entre gênero, linguagem e violência, feminizando a grande maioria das palavras do seu vocabulário. Assim, palavras que seriam tidas enquanto masculinas na língua portuguesa são ressignificadas ao terem suas terminações trocadas para “a” ou serem acompanhadas com o artigo feminino. Com isso, o dialeto pleiteia romper com o sexismo da língua, apagando marcas majoritariamente masculinas e dominantes.

Isso fica evidente quando em 2006 o jornalista Vítor Angelo e o pesquisador Fred Libi criam o primeiro dicionário próprio do dialeto e o intitulam como “Aurélia: a dicionária da línguaafiada”, fazendo uma explícita relação com o oficial da língua portuguesa. Reunindo mais de 1300 verbetes, em quase 50 páginas, ele conta com expressões utilizadas no mundo lusófono, com destaque para o Brasil. O livro traz ainda, além da classificação comumente usada em dicionários, a origem geográfica das expressões, sinalizando que, assim como a língua, o dialeto também tem suas variações regionais.

Além desse rompimento, é válido destacar também um outro ponto que o Pajubá põe em cheque e o pesquisador Lima (2018) chama a atenção: a partir de seu vocabulário, ele também ataca questões sobre drogas e visões moralistas sobre sexo: “há no Pajubá uma infinidade de palavras e expressões para se referir ao sexo e, de modo mais específico, ao sexo não heterossexual, como *fazer a chuca* e *acuendar a neca*, que significam, respectivamente, realizar uma limpeza anal e esconder o pênis.” Isso representa não tão somente o meio no qual circulava esse vocábulo, mas também a desestabilização das próprias normas de sexualidade.

Contudo, a violência linguística aqui delineada não paira apenas no campo do gênero e da sexualidade. Ela também pode ser constatada em relação à população negra. A repressão na escravatura não só perpassou os domínios ideológico, cultural e religioso, como também, e sobretudo, o campo da própria linguagem. Reprimindo os falares dos negros-africanos, considerados preconceituosamente como ‘línguas de preto’, a colonização portuguesa impunha sua hegemonia política e social. Como analisado por Carboni e Maestri (2012), “o ideal almejado pelas classes proprietárias coloniais foi a destruição pura e simples das línguas nativas e forasteiras e a manutenção e congelamento das formas linguísticas praticadas pelas classes dominantes metropolitanas” (2012, p. 28).

Entretanto, a inserção estimada de mais de 300 línguas africanas (BONVINI & PETTER, 1998 apud CARBONI & MAESTRI, 2012) no Brasil com o tráfico internacional de escravizados e mais de três séculos de dinâmicas linguísticas profundas com diferentes povos inviabilizaram que o projeto colonialista fosse efetivado em sua totalidade: a própria versão culta do português falado no Brasil não deixou de sofrer influências linguísticas das comunidades subalternas, estimando-se em duas mil e quinhentas as palavras portuguesas de origem africana (ibidem, p. 30). Todavia, “tal enriquecimento linguístico não é neutro, já que as palavras provenientes de grupos étnicos e sociais marginalizados são incorporadas ao português culto e popular, muitas vezes, com conteúdos semânticos claramente negativos” (CARBONI & MAESTRI, 2012, p. 39-40).

Ainda hoje, portanto, muitos são os vocábulos portugueses atrelados à população negra com teor significativo pejorativo. Não é difícil folhear o Aurélio e encontrar expressões racistas como o verbo “denegrir”, definido como “tornar negro, escurecer” ou o termo “lista negra” para descrever algo que tem um peso negativo, entre tantas outras. O que estamos querendo dizer com isso é que assim como outros campos da sociedade, a linguagem também é um campo profícuo para vislumbrar dinâmicas de constituições identitárias, no seio da relação dominador/dominado.

A esse respeito, enfatiza Butler (1997, p. 4 apud SILVA & ALENCAR 2014, p. 262):

Ser endereçado injuriosamente é não apenas ser colocado diante de um futuro desconhecido, mas não saber o tempo e o lugar da injúria, além de sofrer a desorientação de sua própria situação como o efeito dessa fala. Exposta no momento de tal despedaçamento está precisamente a volatilidade do lugar do sujeito dentro da comunidade dos falantes; o falante pode “ser colocado em seu lugar” por essa fala, mas tal lugar pode ser um não lugar.

Com tudo isso, o Pajubá precisa ser, mais uma vez, percebido em sua completude social e histórica, ao ser protagonizado por um grupo minoritário e ter suas raízes de formação também em outro grupo minoritário. Fixar o seu construto enquanto político-pragmático é fundamental para evidenciar que “o poder dessa fala não é simplesmente possibilitar resistência à supremacia branca [e normativa], mas é também fabricar um espaço para produção cultural alternativa e epistemologias alternativas” (hooks, 2008, p. 860).

Dessa forma, no movimento de desestabilização da norma e valorização da produção subalterna, o Pajubá descoloniza a língua, de forma consciente ou até mesmo inconscientemente, ao acionar uma nova ética do dizer (SILVA & ALENCAR, 2008, p. 260), funcionando como uma arma linguística para dar novos sentidos às palavras e aos sujeitos que, outrora, foram feridos no processo de violência linguística e, portanto, social.

3. O Pajubá na relação entre língua, ciência e identidade

A partir deste ponto, o debate sobre violência linguística retratado até aqui nos leva aos problemas de ordem científica. A ciência moderna, mais especificamente, a ciência linguística, não só foi responsável por manter essas divisões violentas de relações de poder no seio da linguagem, como ela mesma as criou em nome de uma epistemologia que se dizia neutra. Assim, ela não só continuou a reverberar a divisão entre masculino e feminino, como também separou a razão da emoção, a mente do corpo, o público do privado (RAJAGOPALAN 2008 apud MUNIZ 2016). Diante disso, alguns questionamentos surgem: como o mito da objetividade, neutralidade e universalidade pregados pela ciência interferem na produção do conhecimento linguístico? Como as identidades são construídas e estabelecidas nessa relação? Quais sujeitos podem falar e quais tiveram suas falas ceceadas nesse processo? Quais conhecimentos são tidos como legítimos e quais não são? E, finalmente, o que o Pajubá, expressão linguística subalterna, tem a ver com todo esse possível academicismo científico?

Fazer essas perguntas é importante porque nos possibilita compreender de que maneira ciência, língua e identidade estão relacionados no campo do fazer científico sobre linguagem. O conjunto dessas violências linguísticas não está interligado apenas à estrutura do vocabulário da língua, mas também está presente insidiosamente na própria produção do conhecimento científico, visto que quem possui o privilégio social, possui também o

privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. (RIBEIRO, 2017, p. 16).

Nessa perspectiva, se percebermos que a ciência é racializada e também tem marcação de gênero – foi o homem branco europeu que instituiu a ciência moderna – automaticamente conseguimos colocar em cheque as três características elementares em torno do que a ciência se autointitula: a neutralidade, a objetividade e a universalidade epistêmicas.

Frantz Fanon (2008), abrindo sua obra com um capítulo voltado inteiramente a se pensar questões linguísticas atreladas ao “homem de cor” – *O negro e a linguagem* -, observa o quanto as práticas linguísticas são estruturadas pelas relações raciais. Tendo como pano de fundo o colonialismo, as línguas coloniais não são estruturas neutras nas práticas linguísticas, pelo contrário, participaram – e ainda participam – de forma ativa no regime repressivo do colonialismo. Assim, “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Isso toma forma cientificamente quando a ciência cria uma hierarquização de saberes como produto dessa classificação racial, legitimando a epistemologia eurocêntrica como superior em detrimento a outras experiências de conhecimento. Linda Alcoff (2016), refletindo profundamente acerca dessas questões no artigo *Uma epistemologia para a próxima revolução*, refuta a universalidade epistêmica que tanto foi difundida durante a história da produção científica:

É realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações do conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social (p. 131).

Para Grada Kilomba (2019), professora acadêmica negra, a universidade não é um local neutro tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, mas é um espaço sobretudo de violência para com corpos negros (p. 51). Enquanto um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido historicamente negado para pessoas negras, as categorizações semânticas que dividem as produções de pessoas brancas como normas e, por isso, científicas e as produções de pessoas negras como desviantes e, por isso, acientíficas, a academia possui uma dimensão de poder com uma hierarquia violenta que determina *quem*

pode falar (p. 52). Assim, para ela, “a ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar”. (p. 53-54).

Seguindo a mesma linha de pensamento ao problematizar a academia como um antro de uma ditadura linguística, hooks (2008) expõe:

Nos círculos acadêmicos, tanto na esfera do ensino quanto na da produção escrita, tem sido pouco o esforço feito para utilizar o vernáculo negro – ou, do mesmo modo, qualquer outra língua que não seja o inglês padrão. Quando, numa disciplina sobre mulheres negras escritoras que eu estava lecionando, perguntei para um grupo de estudantes etnicamente diversa por que nós ouvíamos somente o inglês padrão ser falado em sala de aula, eles ficaram momentaneamente sem palavras. Ainda que muitos deles fossem indivíduos para quem o inglês padrão era a segunda ou terceira língua, para eles simplesmente nunca tinha ocorrido que fosse possível dizer alguma coisa em outra língua, de uma outra maneira. Não é de admirar, então, que nós continuemos a pensar “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você.” (p. 860-861).

Entretanto, os efeitos nocivos do modo de fazer ciência não estão tão distantes da realidade social e ultrapassam os muros acadêmicos. Como bem lembra Muniz (2016), a visão que a linguagem ordinária é cheia de erros e precisa ser corrigida está presente também nas escolas e na forma como cotidianamente a maioria dos sujeitos percebe a linguagem (p. 771). As consequências dessa visão hegemônica centrada na norma culta são inúmeras para a constituição das identidades não-hegemônicas, fazendo com que esses sujeitos se sintam “estrangeiros em seus próprios territórios linguísticos” (ibidem, p. 771).

Além disso, Muniz também aponta que não importa as rasuras que se fazem na língua para que ela possa de fato ser chamada de nossa, o que continua a interessar é apenas aquilo que cabe no estatuto de ciência que está posta até hoje com sua vocação cartesiana (p. 771). Isso explica o porquê do Pajubá, enquanto “rasura” feita por sujeitos subalternos, continuar sendo deslegitimado por repercussões discursivas excludentes, como veremos melhor no próximo seção.

Para Alcoff (2016), desenvolver uma nova epistemologia decolonial revolucionária passa por superar o obstáculo das discussões identitárias. Segundo a filósofa panamenha, para descolonizarmos o conhecimento precisamos nos ater à identidade social, tanto num movimento de revelar como o colonialismo tem criado identidades, como também de mostrar que enquanto umas têm sido epistemicamente silenciadas e desautorizadas outras têm sido fortalecidas. (p. 136) Djamila Ribeiro (2017) também defende a importância de levantar um

discurso pelo vetor identitário, tendo em vista que “o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar.” (p. 20).

Isso denota, mais uma vez, ao mito da universalidade propagado pela ciência moderna e às inúmeras críticas que o homem branco enquanto classe desvela aos discursos das pessoas negras, acusando-os de separatistas por reivindicarem suas existências individuais. Entretanto, isso só nos ratifica a importância de dismantlar a norma científica hegemônica por indagações identitárias, tendo em vista que “ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais” (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Portanto, nesse movimento contingencial entre língua, identidade e poder, precisamos não tão somente pensar sobre as línguas contra-hegemônicas no projeto de descolonização do conhecimento, mas também nas próprias identidades contra-hegemônicas dos falantes por trás dessas línguas e também nas identidades dominantes, visto que é urgente a necessidade de se (re)pensar uma “Linguística Crítica Pós-Colonial” (MUNIZ, 2016, p. 775) nos estudos da linguagem.

4. O dia em que o Pajubá parou o Brasil...

No entanto, essas questões ainda podem, talvez, parecer figurar no campo apenas da teorização — distantes de uma práxis linguística real — quando discutidas dessa maneira. Neste último momento, nos preocupamos em trazer discursos proferidos na prática com o intuito de materializar essas questões entre língua e identidade, ratificando como, de fato, elas estão presentes em nossas práticas cotidianas e são estruturantes da sociedade. Elegemos, assim, comentários feitos no Twitter (chamados, na verdade, de *tweets*), entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, por sujeitos não falantes do Pajubá a partir de uma movimentação linguístico-discursiva marcadamente contrária à questão do ENEM (2018), que falaremos logo em seguida.

O comando da questão é precedido por um pequeno texto contextualizando o uso do dialeto, cuja exemplificação da expressão ‘Nhaí, amapô! Não faça a loka e pague meu acué,

deixe de equê se não eu puxo teu picumã!”¹⁰ traz alguns elementos basilares para caracterizar o Pajubá: a identidade dos sujeitos falantes (travestis e homens gays); a perspectiva de um usuário-advogado que usa o dialeto informalmente entre os colegas de trabalho; a existência do dicionário Aurélia; e a relação do Pajubá com a cultura africana. Todas as informações contextuais importantes para que o aluno possa pensar e reconhecer no patrimônio linguístico de um grupo social a característica fundamental para que ele possa ser considerado um dialeto são apresentadas no texto. Em seguida a este, apresenta-se o comando da questão, ilustrado a abaixo:

- Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por
- A ter mais de mil palavras conhecidas.
 - B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
 - C ser consolidado por objetos formais de registro.
 - D ser utilizado por advogados em situações formais.
 - E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

Figura 1: ENEM 2018, Questão 31. Fonte: G1

A opção por escolher o Twitter como *locus* de análise se deu por entender o funcionamento dessa rede também como um campo de disputa linguística de posições e narrativas, haja vista que lá as discussões se estruturam no mesmo nível temporal do aparecimento das notícias on-line: instantaneamente e calorosamente. A exemplo disso, temos a própria movimentação ocorrida nele logo após a realização do ENEM em novembro de 2018, despertando práticas discursivas tanto defensivas como contrárias à questão – aqui optamos pela análise apenas das contrárias, para atingir o objetivo pretendido. Assim, o Twitter é ainda interessante por ser um espaço virtual em que as lutas ideológicas emergem no seio da linguagem, inter cruzando também o público e o privado, já que todos os usuários podem opinar, mas a escolha por identificar-se se torna livre. Dessa forma, percebe-se que

¹⁰ “E aí, mulher! Não pague de louca e pague meu dinheiro, deixe de onda se não eu puxo seu cabelo!”.

aqui não iremos analisar essa rede como gênero discursivo, mas apenas como um instrumento em que os discursos se materializam linguisticamente.

Em relação aos interlocutores de nossa análise, trouxemos comentários advindos tanto de representantes do Estado brasileiro, figuras públicas, como também de pessoas da sociedade civil. No caso dessas últimas, optamos pela preservação do anonimato, identificando-as por enumeração: sujeito 1, sujeito 2, sujeito 3 e assim por diante. Analisaremos esses comentários à luz das questões atreladas à identidade, categorizando-os a partir das formas designativas utilizadas por esses sujeitos na caracterização da língua e da identidade do Outro¹¹, em um grande movimento de jogo identitário entre quem (des)caracteriza e quem é (des)caracterizado.

Antes, porém, de adentrarmos no nosso *corpus* de análise, é válido iniciarmos pelo pronunciamento¹² do maior representante da nação na atualidade, Jair Bolsonaro, dado em entrevista ao vivo ao apresentador Luiz Datena, para o programa Brasil Urgente, no dia 5 de novembro de 2018, um dia após a prova do ENEM analisada neste trabalho:

“Uma questão de prova que entra na dialética, na linguagem secreta de travesti, não tem nada a ver, não mede conhecimento nenhum, a não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto. Temos que fazer com que o ENEM cobre conhecimentos úteis.”

Essa primeira parte da fala, do então presidente do país, nos remonta de imediato à discussão anterior no âmbito da ciência tradicional sobre quais conhecimentos são tidos como válidos e quais não são e quem está autorizado a legitimá-los e quem não está. Percebe-se que Bolsonaro, ao criticar a questão, se utiliza do argumento opositivo entre “conhecimento útil” e “conhecimento nenhum” para marcar o (não) lugar do Pajubá enquanto uma produção ilegítima e que, por isso, não poderia estar compondo o ENEM – marcado, pois, como um exame de medição/avaliação apenas de conhecimentos legítimos.

¹¹ Categoria cunhada pela francesa Simone de Beauvoir, em 1949, para tratar da mulher enquanto confinada a posição de submissão pelo olhar do homem colonizador. Aqui expandiremos essa expressão para perceber o olhar colonizador dos sujeitos frente à língua e à identidade dos Outros sujeitos.

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=11MpBB009Q4>>.

Sua justificativa para isso é que “*tem que cobrar ali [na prova] aquilo que tem a ver com a história do Brasil, com a nossa cultura e não com a questão específica LGBT*”. Importante notar que essa segunda parte de sua fala não só ignora a criação sociopolítica do dialeto situada no contexto brasileiro de um governo autoritário, apagando a participação desses sujeitos marginalizados no próprio movimento de (re)construção da história, como também subjaz a ela uma noção de que, como expressão linguística subalterna, o dialeto estaria, portanto, apartado da sociedade – “modelo este calcado na ideia de que cultura e sociedade são extralinguísticos e não fazem parte do que seja língua.” (MUNIZ, 2016, p. 770).

Iniciarmos por esses apontamentos do atual representante da nação – e repetirmos essa nomeação aqui – nos é interessante porque, enquanto presidente do país, a fala de Jair Bolsonaro representa boa parte das ideias circunscritas no imaginário social. Isso está diretamente ligado com um dos elementos que Pinto (2008) elenca como responsável pela definição da linguística enquanto um sistema regular: o próprio conceito de nação. Recuperando as ideias de Mignolo (2003), ela explica o quanto foi fundamental na história da colonização naturalizar uma língua como instrumento de unidade interna e homogeneidade de um povo.

As ideologias nacionais conseguiram naturalizar uma língua, defendendo sua pureza, associando-a a um território, e construindo sensibilidades monotópicas que apoiaram conclusões que influíram sobre a linguística enquanto ciência e sobre uma longa tradição ocidental da filosofia da linguagem.” (MIGNOLO, 2003, p. 313 apud PINTO, 2008, p. 1460).

Isso explica, portanto, quando Bolsonaro defende que “*não podemos supervalorizar questões de minorias*” - entendendo por “minorias” não uma parcela menor da sociedade em termos quantitativos, mas enquanto os próprios sujeitos marginalizados e o perigo que reside na emersão desses novos sujeitos de fala no desmantelamento do projeto colonial em voga pela língua.

Não obstante, o seu filho, Eduardo Bolsonaro, deputado federal do estado de SP e policial federal, adepto das mesmas ideias, afirma que

“Pior é que quando essas bizarrices caem no ENEM passam diretamente o recado de que os alunos do 1º ano do ensino médio já devem estudar isso p se preparem p vestibular”¹³.

Quando ele se utiliza do pronome referencial “isso” não está remetendo a “dialeto” como um todo – que era o tema central da questão, mas ao Pajubá em específico, em que ele denomina enquanto “bizarrices”, ato daquele que é bizarro, estranho, excêntrico. Em outras palavras, tal dialeto não seria legítimo, mas “bizarro”, por, possivelmente, ser pertencente a um público específico (que, para ele, seria considerado estranho), excluindo, dessa forma, o critério linguístico em detrimento ao caráter identitário dos falantes.

Contudo, essas não são posições advindas apenas da família Bolsonaro. Outros comentários de figuras não-públicas também seguiram a mesma esteira de pensamento de Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro. Vários foram os comentários que, por exemplo, atrelaram a questão a fatores ideológicos e de enquadramento político, como podemos ver logo abaixo.

“O Enem tem que seguir as tendências do ensino médio... Não é o ensino médio que deve seguir as tendências ideológicas do ENEM.”

(Sujeito 1)

“Enem teria que ter questões lógicas, racionais e não fanfarrices inventadas pelos esquerdoides!” **(Sujeito 2)**

“E os jovens, a cada ano mais idiotizados e manipulados, já nem conseguem enxergar o óbvio por trás dessas iniciativas. A Esquerda sistematicamente destrói toda uma geração.” **(Sujeito 3)**

¹³ Os comentários dos interlocutores retirados do twitter estão transcritos igualmente a sua publicação original, sem haver, portanto, alteração ortográfica do pesquisador. Aqui percebe-se uma característica bastante comum da rede, que é uma espécie de abreviação das palavras, tendo em vista que cada tweet comporta apenas 140 caracteres. Assim, o uso da consoante “p” pelo deputado é designativo para a palavra “para”.

Essas ideias seguem ligadas à configuração da construção do conhecimento na sociedade brasileira moderna. Os três sujeitos elencados se utilizam de designações para marcarem suas posições frente a ideais de língua e de ensino. O sujeito 1, a partir da utilização de expressões deônticas, como os verbos “ter de/que” e “deve” —, define o que obrigatoriamente o ENEM deve cobrar, no que é denominado “tendências” do ensino médio. Entretanto, essas “tendências” defendidas pelo Presidente do Brasil não estão alinhadas com os documentos oficiais relativos à educação básica brasileira, que preconizam justamente um ensino que também valorize as variedades linguísticas não padrão. Podemos observar isso tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental como também nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM). Os PCN focalizam, por exemplo, que uma das competências que devem ser desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa necessita perpassar por “respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais, em suas esferas de socialização” (p. 9). Enfatizando o papel da escola frente a esse processo, eles definem que nela:

[...] o aluno deve compreender a relação entre, nas e pelas linguagens, como um meio de preservação da identidade de grupos sociais menos institucionalizados e uma possibilidade de direito às representações desses frente a outros que têm a seu favor as instituições que autorizam a autorizar. (2000, p. 9).

Neste sentido, valorizar as diferentes manifestações linguísticas significa, portanto, valorizar também a variante linguística LGBT. O Pajubá, como dialeto linguístico que rompe com as normas da língua portuguesa, ao ser considerado como não padrão, também adentra nessas inúmeras possibilidades representativas da língua. Ao falar sobre identidade e autorização de discursos, os PCN reforçam tudo o que viemos discutindo até aqui em relação à legitimação de conhecimentos e identidades. Assim, o sujeito 1, ao defender um ideal de ensino de higienização linguística, automaticamente também está defendendo um certo ideal identitário dos usuários falantes.

Os sujeitos 2 e 3, por outro lado, se utilizam de designações adjetivas para argumentar posições parecidas. O 2 emprega os termos “fanfarrices” e “esquerdoides”, sendo o primeiro uma possível variação de “fanfarronice”, referente ao ato de contar valentias mentirosas; e o segundo um processo de formação de palavras, “palavra-valise”, decorrente da junção de da palavra “esquerda” e “debiloides”, representando, respectivamente, campo político e pessoas que têm um desenvolvimento intelecto insuficiente. Deve-se destacar como, na nossa língua,

o sufixo “oide” (do grego- gr -o- + gr. *Eidos*, forma, aspecto, aparência, imagem) usado em termos do cientificismo, a exemplo de adenoide, serve “para diversão” e criação/manutenção de formas designativas e qualificadoras jocosas, como *mongoloide*, *factoide*, *cretinoide*. Sendo assim, ambos os nomes – fanfarronices/fanfarrices e esquerdoide – servem, respectivamente, para depreciar a ação e a identidade de pessoas que estão atreladas à questão do ENEM. O sujeito 3, por sua vez, direciona sua crítica aos jovens, chamando-os de “idiotizados” e “manipulados”. Neste sentido, podemos começar a perceber aqui que, nesse jogo de reivindicações e ataques, aparentemente não apenas as identidades LGBT estarão sendo deslegitimadas, como também as de todos os outros sujeitos que estão associados, de alguma forma, ao uso e valorização de variantes linguísticas sem prestígio. Assim, aqui estão em jogo tanto as identidades LGBT, como também a de professores, alunos e sujeitos que constroem a prova do ENEM.

Isso fica ainda mais claro em relação a três outros comentários que vão na mesma esteira de pensamento desses outros.

“E a anta da Maria Inês, disse que o Enem não avalia o ensino médio... Na visão desta aberração intelectual, o que se avalia é o grau de homossexualidade dos alunos...” (Sujeito 4)

“Me alegrei muito com a exoneração de hoje da incapaz Maria Inês Fini, agora a ex-presidente do INEP vai dar aulas do Pajubá no cortiço! Nossos jovens precisam realizar um ENEM sério, e promissor para o intelecto deles” (Sujeito 5)

Os comentários dos sujeitos 4 e 5 estão relacionados à exoneração feita por Bolsonaro na época à então presidente do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão responsável pela elaboração das provas do ENEM. Doutora em educação, Maria Inês Fini foi criticada e culpabilizada por “deixar passar” conteúdos que, como defendidos pelo clã de Bolsonaro, não são úteis aos estudantes. Com isso, esses sujeitos não só criticam a ex-presidente do INEP como também a depreciam a partir de designações como “anta”, termo metafórico empregado, em geral, para indicação de sujeito “idiota”, “incapaz”. Aqui, mais uma vez, percebemos os ataques direcionados ao conjunto de sujeitos que estão direta ou indiretamente correlacionados à questão. Contudo, é

recomendável indagarmos: seria válido configurar esses usuários como idiotas, manipulados, antas, incapazes e esquerdoídes simplesmente por reconhecerem o Pajubá como mais uma manifestação linguística válida e posta para análise pelos documentos oficiais da língua portuguesa? A resposta para essa questão nos faz perceber

o quão enredados estamos na trama da pureza linguística, da não historicidade da língua, do apagamento dos sujeitos e ideias racializada que permeiam este desejo pela pureza. Desejo este que revela uma concepção de língua limpa, sem rascunhos, sem sujeitos, sem história, sem política. (MUNIZ, 2016, p. 783).

Posição semelhante a essas é assumida por uma professora de Letras, que inicia seu comentário se apresentando profissionalmente e que, por isso, aqui nos é interessante identificar pela função que ocupa.

“Sou formada em Letras com especialização em Produção de Textos e esse ENEM pra mim foi o senhor dos absurdos. Os alunos não são obrigados a ter esse tipo de conhecimento. É válido ter, mas não deveria ser critério para pontuar conhecimento. Desnecessário. Um grupo social que por ventura nem todos fazem parte, então para ser bem sucedido na questão, precisariam fazer ou pelo menos se inteirar de como ele funciona. E se, por opção livre do aluno, ele não quer?”

(Sujeito 6)

Primeiramente, percebemos mais uma vez o argumento da legitimação do conhecimento sendo pontuado aqui, como a grande maioria dos outros comentários. Porém, nesse jogo de reivindicações, a professora parece se autocontradizer neste ponto em sua própria argumentação. Ao passo que ela reconhece ser o dialeto LGBT um conhecimento válido, também defende que ele não deveria ser critério de pontuação e avaliação, adjetivando-o como “desnecessário”, tornando, assim, o seu argumento contraditório. Ora, que validação é esta à qual ela se refere ao designar o conhecimento do dialeto como válido pelos alunos, mas não tão suficientemente válido para estar ilustrado no maior exame nacional? Qual o local em que ele pode ser tomado inteiramente como válido? E que tipo de conhecimento é este que é ao mesmo tempo “válido” e “desnecessário”? Essas reflexões nos levam sempre ao mesmo ponto indagado até aqui: a ordem colonial que impera e mantém posições hierárquicas na ciência linguística nos faz falhar, nos faz cair em contradição.

Porém, o que nos chama mais a atenção nesse comentário é o segundo argumento utilizado pela professora para refutar a questão: a ideia de que apenas os sujeitos LGBT ou interessados seriam capazes de respondê-la. Esse argumento poderia ser facilmente colocado em xeque a partir da própria proposição da questão: avaliar o que o aluno entendia por dialeto linguístico, portanto, não necessariamente perpassava pelo critério de conhecer o Pajubá e menos ainda: ser pertencente da classe LGBT.

Recuperando hooks (2008), ainda podemos ir além no questionamento desse tipo de argumento: não precisamos necessariamente entender e saber toda a diversidade da língua, pelo contrário, a experiência de aprender a partir do não-entendimento da fala de outrem parece ser muito mais válida para a pedagogia linguística.

eu proponho que nós não precisemos necessariamente ouvir e saber o que é enunciado em sua totalidade, que nós não precisemos “dominar” ou conquistar a narrativa no todo, que nós possamos conhecer em fragmentos. Eu proponho que nós possamos aprender com os espaços de silêncio tanto quanto com os espaços de fala, que no ato paciente de ouvir uma outra língua nós possamos subverter esta cultura de frenesi e consumismo capitalistas que exige que todo desejo deve ser satisfeito imediatamente, ou nós possamos romper este imperialismo cultural que sugere que alguém só é digno de ser ouvido se fala em inglês padrão. (HOOKS, 2008, p. 863).

Por fim, nesta mesma perspectiva de pensamento, um outro comentário atrela a questão a aspectos de sexualidade dos alunos:

“Sugestão para as namoradas de caras que prestaram a prova do Enem: Fiscalizem, sorratamente, se eles acertaram a questão do Pajubá. É apenas uma sugestão.” (Sujeito 7)

Este sujeito põe em dúvida implicitamente a sexualidade dos homens heterossexuais que realizaram a prova e acertaram a questão 31, ao sugerir para suas namoradas fiscalizarem-nos. Assim como o comentário do sujeito 4, esses comentários higienizam as identidades LGBT com base num ideal de identidade heterossexual, perseguindo esses sujeitos ao negar suas línguas e também negar quem possa estar atrelado a ela, identificando-os pejorativamente como homossexuais. Portanto, se de um lado temos o fortalecimento identitário dos homens gays e das travestis no curso de criação e uso de um dialeto próprio, por outro temos também as narrativas coloniais silenciando, mais uma vez, as vozes dos sujeitos que habitam posições sociais/ identitárias/linguísticas/sexuais distantes dos padrões

hegemônicos e dos sujeitos que, embora não estejam imbuídos nesse local de margem, reconhecem como legítimos essas outras línguas, identidades e epistemologias. Também se busca promover um *apartheid* ao apelar para o machismo dos heterossexuais em termos de conhecimento: aquele que conhecer do Pajubá não é homem com “H maiúsculo”.

Com tudo isso, para sintetizar e organizar graficamente tudo que foi colocado em discussão aqui, criamos uma tabela, na qual estão inseridos todos os comentários com as designações utilizadas pelos sujeitos destacadas e suas reverberações na desqualificação do dialeto e da comunidade do Pajubá e também na desqualificação de todos os outros sujeitos envolvidos nesse processo.

Tabela 1: Desqualificações pelas designações

Desqualificação do dialeto e da comunidade falante	Desqualificação de exames, professores e alunos/as
<p>“Pior é que quando essas bizarrrices caem no ENEM passam diretamente o recado de que os alunos do 1º ano do ensino médio já devem estudar isso p se preparem p vestibular.”</p>	<p>“O Enem tem que seguir as tendências do ensino médio... Não é o ensino médio que deve seguir as tendências ideológicas do ENEM.”</p>
<p>“Enem teria que ter questões lógicas, racionais e não fanfarrices inventadas pelos esquerdoídes!”</p>	<p>“Enem teria que ter questões lógicas, racionais e não fanfarrices inventadas pelos esquerdoídes!”</p>
<p>“Sou formada em Letras com especialização em Produção de Textos e esse ENEM pra mim foi o senhor dos absurdos. Os alunos não são obrigados a ter esse tipo de conhecimento. É válido ter, mas não deveria ser critério para pontuar conhecimento. Desnecessário. Um grupo social que por ventura nem todos fazem parte, então para ser bem sucedido na questão, precisariam fazer ou pelo menos se inteirar de como ele funciona. E se, por opção livre do aluno, ele não quer?”</p>	<p>“E os jovens, a cada ano mais idiotizados e manipulados, já nem conseguem enxergar o óbvio por trás dessas iniciativas. A Esquerda sistematicamente destrói toda uma geração.”</p>
	<p>“E a anta da Maria Inês, disse que o Enem não avalia o ensino médio... Na visão desta aberração intelectual, o que se avalia é o grau de homossexualidade dos alunos...”</p>
	<p>“Sou formada em Letras com especialização em Produção de Textos e esse ENEM pra mim foi o senhor dos absurdos. Os alunos não são obrigados a ter esse tipo de conhecimento. É válido ter, mas não deveria ser critério para pontuar conhecimento. Desnecessário. Um grupo social que por ventura nem todos fazem parte, então para ser bem sucedido na questão, precisariam fazer ou pelo menos se</p>

	inteirar de como ele funciona. E se, por opção livre do aluno, ele não quer?”
--	---

Nesse sentido, ainda que advindos de diferentes vozes sociais, essas práticas discursivas se entrecruzam em suas dimensões performativas, não havendo distinção entre o falar e o agir, aqui eles não só estão marcando suas posições frente à língua e aos sujeitos, como eles próprios, a partir de posições autorizadas, estão a construir e a relegar a identidade e a língua do Outro.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Se a linguística tradicional não dá conta de pensar a língua como conceito político e não apartá-la dos sujeitos falantes, que também são políticos, a Nova Pragmática nos dá a possibilidade de encarar a linguagem com todas as complexidades que ela apresenta sem lhes dar costas ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria. (RAJAGOPALAN, 2014, p. 13)

Essa possibilidade, ainda que vista com maus olhares por outros estudiosos da língua, como os formalistas, nos foi essencial para construir um trabalho evidenciando as identidades e subjetividades daquelas pessoas “invisíveis” pela sociedade e que ousam se insurgir contra a norma e outros regimes de assujeitamento. Tirá-las da invisibilidade social e torná-las visíveis através de suas potencialidades linguísticas, assim como escolher autores e autoras em sua grande maioria fora do cânone linguístico, foi uma forma de fazer emergir vozes historicamente silenciadas e/ou negadas e pautar uma nova forma de fazer ciência no campo científico da área da linguagem, ao evidenciar epistemologias alternativas.

Quando optamos por focar no maior exame nacional, a partir de comentários a seu respeito, não foi de maneira inocente, mas para mostrar o quanto a sociedade brasileira ainda está inserida em uma lógica colonial, que prescreve línguas e sujeitos. Ao abordar uma questão de variação linguística de um grupo social vulnerável, o ENEM, sendo a porta de entrada da realização de sonhos de milhares de jovens marginalizados, afirma um compromisso com todos esses jovens, que tiveram o acesso a um ensino público de qualidade negado e podem se reconhecer na caracterização de uma língua não padrão ou mesmo

reconhecer e respeitar o Outro. Nesse sentido, ao nomear nossa última seção como “O dia em que o Pajubá parou o Brasil...” trata-se de reconhecer que foi um dia histórico para o país e para o ensino, mesmo com toda a repercussão negativa (por bem ou mal, tiveram que falar) o ENEM colocou em pauta sujeitos que até, então, eram invisíveis para a educação brasileira.

As posições dos sujeitos analisados frente ao Pajubá nos mostram a defesa de uma política linguística que se quer erradicar todas as outras formas de linguagem, em um projeto em que estão envolvidas tanto figuras institucionalizadas como também figuras comuns. Percebemos com isso que a crítica não pode se basear exclusivamente à linguística enquanto área, mas também aos próprios leigos, que pleiteiam alguma ordem no seio da língua e do ensino no Brasil. Todos juntos fazemos e agimos pela língua que usamos. É de se destacar, porém, que essa negação da língua e depreciação de certos sujeitos é uma perseguição linguístico-identitária bastante perigosa, que pode resultar na morte simbólica desses corpos, porque ao deslegitimarem suas línguas e identidades, estão negando também o direito à palavra a essas pessoas: sendo língua uma forma de se constituir no mundo, logo, estão também negando o direito à vida.

Portanto, pensar, pautar e humanizar o Pajubá e os sujeitos falantes, neste trabalho, não só perpassou por um enfoque dos estudos da Nova Pragmática, nos quais o “interesse por cada ponto a ser analisado é sempre um ganho quando não se quer deixar de fora da linguagem quem a faz existir: nós” (PINTO, 2001, p. 67), como, sobretudo, perpassou por um enfoque político, reivindicado por essas tendências de estudos, tendo em vista que a identidade travesti vem desde a ditadura militar até o governo bolsonarista atual enfrentando violências das mais diversas ordens, em que “denunciar esses fatos é garantir, minimamente, um processo de reparação por parte da sociedade brasileira, bem como garantir que essas histórias e seus períodos sejam documentados e nunca esquecidos” (RODRIGUES, 2019, s/p).

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr., 2016. Disponível em: ><https://goo.gl/bKi4Pu>< Acesso em: 14 de novembro de 2019.

AUGUSTO, Paulo; FUKUSHINA, Francisco. Na Paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 5, 1981.

BARROS, José Flávio Pessoa de; TEIXEIRA, Maria Lina Leão. O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (org.). **Candomblé: religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000, p. 102-138.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CRUZ, Luan da; TITO, Raphael de Paula. A comunidade LGBT no desdobramento da língua iorubá. In: Congresso Internacional de Linguística e Filologia/Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2/10, Rio de Janeiro, 2016.

CASTANHEIRA, Karla Alves de Araújo França; SANTOS, Tânia Rezende Ferreira. A noção de comunidade de fala para a etnografia da comunicação: problematizações. *Revista Língua & Literatura*. RS, v. 14, n. 23, p. 5-24. dez., 2012.

ELER, Guilherme. **O que é o Pajubá**, a linguagem criada pela comunidade LGBT. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/o-que-e-o-pajuba-a-linguagem-criada-pela-comunidade-lgbt/>; Acesso em 3 de outubro de 2019.

FANON, Frantz. “O negro e a linguagem”. In: **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HERINGER, Victor. Os sinos que dobram e os homens que não se dobram. **Revista Continente**, Pernambuco, n. 200, agosto 2017. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/200/os-sinos-que-dobram-e-os-homens-que-nao-se-dobram>; Acesso em 5 de setembro de 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

hooks, bel. Linguagem: ensinar novas paisagens/ novas linguagens. Trad. Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. **Cadernos da Diversidade**, Belo Horizonte, v. 6, p. 21-35, 2013.

MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 767-786, 2016.

OCANHA, Rafael Freitas. **Amor, feijão, abaixo camburão**: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 101-142.

_____. Práticas contra disciplinares na produção do conhecimento linguístico. In: MAGALHÃES, J. S. de e TRAVAGLIA, L.C. (org). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_505.pdf; Acesso em 24 de abril de 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Da arrogância cartesiana à “nova pragmática”. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira. (orgs) **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014. p. 11-14.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **Blackness**: identidades, racismo e masculinidades em bell hooks. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., Florianópolis, 2012, p. 1-12.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Ana Flor Fernandes. **Quem perseguiu as travestis durante a ditadura militar?** 2019. Disponível em: <https://medium.com/@anaflorfernandesrodrigues/quem-perseguiu-as-travestis-durante-a-ditadura-militar-ba694fe8ece0>; Acesso em 3 de outubro de 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

SILVA, Daniel do Nascimento e; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira. (orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. P. 259-282.

VIP, Angelo; LIB, Fred. **Aurélia: a dicionária da línguaafiada**. Brasil: Editora da Bispa, 2006.